

## INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS BANCOS BRASILEIROS: Impactos Associados aos Padrões Contábeis do IASB e do BCB

### RESUMO

Desde 2010, bancos brasileiros têm elaborado suas demonstrações em dois padrões – o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e as *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS). O propósito deste estudo foi verificar se há diferença entre os indicadores econômico-financeiros dessas instituições para as demonstrações preparadas nos dois modelos contábeis. A realização dos testes empíricos teve por base as demonstrações financeiras de 2010 e 2011 de dezoito bancos, que respondem por 89% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional. Foram selecionados indicadores representativos dos blocos de análise da metodologia CAMELS, para os quais foram calculadas as estatísticas descritivas e aplicados testes de diferenças de médias e de mediana entre os dois padrões. Os resultados revelaram diferenças relevantes em relação aos indicadores imobilização do capital próprio, qualidade das operações de crédito, margem líquida, nível de encaixe obrigatório e exposição líquida em moeda estrangeira, o que pode ser justificado pelas diferenças de parâmetros entre os dois modelos contábeis em relação ao reconhecimento e mensuração das operações de arrendamento mercantil, das provisões para perdas, das receitas relacionadas às operações de crédito, dos equivalentes de caixa e da forma de evidenciação das operações em moedas estrangeiras, respectivamente. Em outros indicadores foram encontradas estatísticas descritivas diferenciadas, mas não estatisticamente relevantes. Os testes empíricos evidenciam como a divulgação de uma mesma realidade objetiva pode ser significativamente influenciada, em razão da utilização de modelos contábeis com preceitos de reconhecimento, mensuração e divulgação diferenciados.

**Palavras-chaves:** IFRS. Cosif. CAMELS. Indicadores. Instituições Financeiras.

### 1 INTRODUÇÃO

As normas internacionais de contabilidade surgiram no contexto de internacionalização dos negócios e consequente necessidade de uma linguagem homogênea para as demonstrações financeiras – instrumentos de comunicação entre a entidade e os usuários das informações contábeis. À medida que as relações de negócios estendem-se, uma linguagem contábil comum torna-se necessária a fim de viabilizar análises, possibilitar a comparabilidade e facilitar a tomada de decisões, além de reduzir os custos de gerar várias demonstrações para atender diferentes países.

Particularmente a partir da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) por parte da Comunidade Europeia, em 2005, as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) têm se consolidado como a principal referência de padrões contábeis – mesmo no mercado norte-americano, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) permite, desde 2008, que companhias estrangeiras listadas nos Estados Unidos apresentem suas demonstrações em IFRS (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010; SEC, 2012).

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) iniciou esforços para a convergência às normas internacionais de contabilidade desde a década de 1990, adequando as normas locais ou encaminhando propostas de lei com essa finalidade (CVM, 2007). Outro fato que marcou o processo de convergência no Brasil foi a publicação, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da Circular 3.068, de 08 de novembro de 2001, definindo os critérios de avaliação e

classificação de títulos e valores mobiliários segundo os preceitos das normas internacionais. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de estudar, elaborar e divulgar pronunciamentos visando a convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional. A edição da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, deu continuidade e consolidou esse processo, promovendo alterações significativas na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras das sociedades anônimas, tendo em vista o foco na padronização às normas internacionais.

No caso do sistema financeiro, o BCB optou por manter o seu modelo contábil, referendando poucos dos pronunciamentos emitidos pelo CPC. Por outro lado, de acordo com os termos da Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria divulgassem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, suas demonstrações segundo os padrões definidos pelo IASB, as IFRS. Desde então, em atendimento às normas emitidas pelo órgão regulador, essas instituições têm elaborado suas demonstrações segundo dois padrões contábeis: um definido pelo IASB e outro consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). O referido contexto motivou a presente pesquisa, dada a existência de duas demonstrações, segundo padrões distintos, estarem representando a situação econômico-financeira de uma mesma instituição.

Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) apresentam alguns aspectos práticos da contabilidade tal qual o de servir como instrumento de avaliação da entidade e como insumo básico para a tomada de decisões dos agentes econômicos, tanto internos quanto externos à entidade. Dentre os interessados na informação contábil estão os órgãos reguladores, instituições financeiras, analistas de mercado, investidores, entre outros. Uma forma bastante utilizada por usuários da contabilidade para analisar a realidade econômica e financeira de uma entidade é por meio de indicadores calculados a partir das demonstrações divulgadas.

Considerando esse contexto, o objetivo do presente estudo é avaliar se existe diferença significativa entre os indicadores calculados com base nas demonstrações elaboradas em IFRS e os apurados nas demonstrações produzidas segundo as normas do Cosif. Para tal, serão analisados os indicadores calculados segundo a metodologia CAMELS para bancos que divulgaram os dois conjuntos de demonstrações contábeis, no período de 2010 e 2011.

Como contribuição ao avanço da literatura sobre o tema, o estudo oferece elementos que possibilitam aos usuários identificarem quais os impactos das normas contábeis nos indicadores econômico-financeiros das instituições bancárias. Ou seja, até que ponto uma mesma realidade objetiva – as mesmas operações e estrutura patrimonial – pode ser vista de forma distinta, simplesmente pelo fato de se usar parâmetros/critérios diferenciados para se reconhecer, mensurar e evidenciar os mesmos eventos econômicos.

Além dessa parte introdutória o estudo apresenta a fundamentação teórica (seção 2) onde aborda sobre os usuários e o papel da contabilidade, o uso de indicadores e a convergência aos padrões do IASB no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), bem como alguns estudos relacionados ao impacto da adoção das IFRS. A seção 3 discorre sobre o proceder metodológico. Em seguida, tem-se a apuração e análise dos resultados (seção 4). Por fim, são traçadas as considerações finais (seção 5).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Papel da Contabilidade e seus Usuários**

As demonstrações financeiras são preparadas para atender a diversos usuários, que podem ter, inclusive, interesses distintos, com o objetivo de evidenciar a situação econômica e financeira da entidade. Na prática, observa-se que é possível uma entidade evidenciar um evento econômico de diferentes maneiras – seja pelo julgamento profissional do que se entende ser a representação mais fidedigna, no caso de modelos baseados em princípios, seja pela aplicação de regras definidas pelo ente regulador. Se o órgão regulador, o fisco, ou qualquer outro órgão externo define os padrões contábeis, o faz voltado para sua conveniência, buscando diminuir principalmente o viés de quem elabora as demonstrações. Essas regras não necessariamente estarão alinhadas ao interesse do investidor.

As normas baseadas em princípios, segundo Dantas et al (2010), não determinam como fazer, mas oferecem as diretrizes para o julgamento profissional de cada situação específica. Em outras palavras, a possibilidade de contadores e auditores decidirem a melhor forma de apresentarem as demonstrações permitiria que a essência do negócio fosse apresentada, sendo que nem todas as nuances de um negócio poderiam ser previamente definidas pelo órgão regulador. Já a normatização baseada em regras é marcada pela quantidade de detalhamento e orientações a serem aplicadas a todas as situações previstas. As normas internacionais de contabilidade são compreendidas como baseadas em princípios. Não obstante os seus benefícios, esse modelo também apresenta um risco maior da utilização de má fé por parte dos profissionais.

Segundo Falcão (1995), a divulgação das demonstrações financeiras pode indicar o sucesso ou fracasso para a empresa no momento de se obter recursos, seja junto aos investidores ou financiadores. O entendimento da situação atual, comparada ao passado, deve fornecer subsídios ao usuário para inferir sobre o futuro da entidade. Porém, para que haja essa compreensibilidade faz-se necessária uma forma adequada de se transmitir as informações contábeis. Estas devem refletir com fidedignidade o desempenho da empresa em todos os aspectos econômico-financeiros relevantes, gerando assim, elementos suficientes para a análise e a tomada de decisão por parte dos usuários.

Para Fernandes, Klan e Figueiredo (2011) o uso da contabilidade no Brasil sofre interferência do Fisco que acaba influenciando no nível de transparência da informação contábil, por essa razão a demonstração contábil seria considerada pouco relevante para fins de gestão, pois estaria focada no cumprimento de exigências de cunho formal e regulatório. Contudo, ao avaliar as alterações recentes na legislação societária brasileira, em particular a edição da Lei 11.638/2007, percebe-se o foco na aderência às normas internacionais, as quais permitem o julgamento profissional sobre o que representa de forma mais fidedigna o evento econômico ocorrido. Gasparetto (2004) pondera que os alunos de contabilidade devem ser estimulados a avaliar o tipo de informação que é gerada a partir da escolha de um método de contabilização e suas implicações na informação gerada.

### **2.2 Uso de Indicadores Econômico-Financeiros de Natureza Contábil**

Não obstante eventuais limitações, as informações contábeis se caracterizam por ser a fonte principal para a análise de desempenho de uma entidade, por meio dos indicadores calculados a partir das demonstrações. Stubbs (2004) define indicadores como ferramenta de gestão, onde se tem um valor de referência. Contudo, há de atentar-se ainda para observação colocada por Miranda (2008) de que uma boa análise não depende de indicadores complexos e nem de uma grande quantidade deles.

No âmbito do mercado financeiro, a metodologia que tem prevalecido para a análise das instituições é denominada de CAMELS – essas letras traduzem as iniciais de cada bloco de análise. Os doze indicadores recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) também são baseados nesta metodologia, conforme apresentado por Miranda (2008). Segundo Capelletto (2006) é considerada a metodologia mais utilizada pelos órgãos de supervisão bancária no mundo para análise de demonstrações contábeis de bancos, englobando seis blocos de análise:

- *Capital adequacy* (adequação do capital) – o nível de capital mantido pela instituição deve ser coerente com a extensão dos riscos assumidos. Além disso, deve ter condições de medir, monitorar e controlar esses riscos.
- *Asset quality* (qualidade dos ativos) – os ativos devem ter capacidade de gerar receita suficiente para cobrir as despesas. Um item de destaque é a avaliação de parcelas de créditos de baixa qualidade, ou seja, aqueles cujo principal ou juros estão vencidos há 90 dias ou mais, ou os juros devidos de 90 dias são refinanciados.
- *Management* (capacidade gerencial) – está relacionada à competência dos administradores na gestão de riscos, eficiência operacional, entre outras práticas que assegurem a saúde financeira da instituição.
- *Earnings* (resultados) – essa análise não se restringe somente ao número do resultado, mas abrange também os fatores que influenciam a qualidade do resultado. No presente estudo, esse bloco também será chamado de rentabilidade.
- *Liquidity* (liquidez) – a entidade deve ter habilidade de suprir a necessidade de caixa em situação de crise sem comprometer sua atividade operacional.
- *Sensitivity to market risk* (sensibilidade ao risco de mercado) – uma das técnicas mais utilizadas e recomendada pelo Comitê da Basileia para essa análise é o valor em risco (VaR).

Como exemplos de estudos que utilizaram os indicadores da metodologia CAMELS para avaliar situações específicas do mercado bancário podem ser citados Capelletto (2006), que utilizou de indicadores contábeis para mensurar o nível de risco sistêmico no setor bancário, e Miranda (2008), que avaliou o impacto da adoção das IFRS na Comunidade Europeia.

### 2.3 IFRS e Instituições Financeiras no Brasil

Embora não tenha adotado para as instituições financeiras o mesmo procedimento da CVM na recepção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, o BCB reconhece a necessidade de convergência aos padrões contábeis internacionais, além de ser uma recomendação do Comitê da Basileia, tendo em vista a competição no mercado financeiro internacional com informações transparentes e compreensíveis em âmbito mundial. Em evento patrocinado pelo BCB, o seu representante afirmou que a instituição reconhece a necessidade de convergência com os padrões contábeis internacionais no que diz respeito à regulação contábil, sendo esse processo definido em três etapas (ANJOS, 2010): (i) identificação das principais diferenças existentes entre as normas internacionais e as normas consolidadas no Cosif – etapa concluída em 2007; (ii) estabelecimento da obrigatoriedade de divulgação das demonstrações no padrão IFRS – etapa marcada com a Resolução CMN nº 3.786/2009; e (iii) redução das assimetrias entre o Cosif e a norma internacional.

Se a necessidade e relevância de adoção das normas internacionais de contabilidade são reconhecidas pelo órgão regulador, pergunta-se por que a convergência não tem ocorrido da mesma forma que a CVM. A justificativa está na particularidade do sistema financeiro. O BCB tem em sua missão o papel de assegurar a solidez e eficiência do sistema financeiro nacional.

Dessa forma, os impactos gerados pela adoção de uma norma devem ser avaliados sob uma ótica macroeconômica. Nesse contexto, Uema (2010), outro representante do BCB, declara que “o processo de transição deve ser suave e responsável”.

A crise financeira internacional respaldaria ainda mais a cautela do órgão regulador em se fazer alterações. Silber (2010) apresenta a desregulamentação e as inovações financeiras como situações que proporcionaram um crescimento vertiginoso do setor financeiro tornando-o vulnerável. Tal situação gerou impacto também sobre o IFRS. Em 2008 o *Financial Stability Fórum* (FSF) recomendou ao IASB que melhorasse a contabilização e divulgação de itens *off balance*. Um dos pontos mais discutidos em meio a essa conjuntura foi em relação ao valor justo. Os críticos desse modelo acreditam que essa avaliação para certos instrumentos financeiros não reflete os fluxos de caixa esperados para o futuro em tempos de baixa liquidez e risco de crédito elevado (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) comentam a respeito do valor justo, destacando que esse método de avaliação foi acusado de ter contribuído para exacerbar os efeitos da crise. Contudo, no estudo realizado sobre a qualidade contábil na adoção obrigatória do IFRS em doze bancos europeus, os empréstimos totalizavam cerca de 60% dos ativos dessas instituições, que são avaliados ao custo. A deterioração do crédito é reconhecida mediante a constituição de provisão, cuja norma trouxe grande impacto nos resultados apresentados pelas instituições da amostra, já que o conceito para provisão em IFRS é de perda incorrida e nos *gaaps* locais era de perda esperada. Os resultados encontrados sugerem que a abordagem de perda incorrida leva a um reconhecimento tardio dos créditos de liquidação duvidosa. Isso pode resultar em informações menos úteis e transparentes sobre o risco de crédito nas demonstrações financeiras dos bancos. Adiar o reconhecimento em perda para períodos em que os fluxos de caixa realizados são reduzidos pode agravar crises econômicas.

Dentre os pontos levantados por Uema (2010) sobre o processo de transição, destaca-se a necessidade de prazo para adaptação e treinamento. A capacitação dos profissionais que elaboram as demonstrações financeiras é indispensável para a correta aplicação do novo padrão contábil, não podendo ficar restrita à auditoria independente e órgãos fiscalizadores.

Um fato relacionado à necessidade de adaptação relatada acima é percebida no estudo realizado por Lucena et al (2009). A Resolução CMN nº 3.566, de 29 de maio de 2008, determinou que as instituições financeiras observassem o disposto no CPC 01 que trata da redução ao valor recuperável do ativo. Foi analisado o nível de evidenciação de informações sobre *impairment* nos doze maiores bancos no Brasil. Os resultados mostraram insuficiência de informação sobre a aplicação do teste de *impairment* entre os doze bancos analisados. Não houve um nível satisfatório de qualidade, embora tenha se percebido o esforço de alguns bancos em evidenciar o *impairment* nas suas notas explicativas.

Por fim, há que se ressaltar que as normas editadas pelo IASB têm o propósito de gerar informações voltadas primariamente aos investidores, financiadores e outros credores, enquanto a missão do Banco Central, como regulador, não necessariamente estará em sinergia com o objetivo do investidor.

### 2.4 Estudos sobre os Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

No que se refere à realização de estudos que se preocupam em avaliar o impacto da adoção das IFRS nas informações contábeis produzidas pelas instituições financeiras, podem ser citados Miranda (2008), Almeida (2010), Sterzeck (2011) e Rodrigues, Santos e Lemes (2011).

Miranda (2008) constatou que a adoção das normas internacionais mostrou-se capaz de

provocar mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros de alguns bancos europeus. Para tanto foram analisados os indicadores das demonstrações antes e depois da adoção das IFRS no exercício de 2004. A principal diferença com o presente estudo refere-se à amostra, pois serão estudados bancos brasileiros, e ao período, tendo em vista que as demonstrações em IFRS das instituições financeiras no Brasil são divulgadas simultaneamente às demonstrações segundo as normas do Cosif.

No contexto da IFRS 9, Almeida (2010) analisou o impacto da reclassificação de ativos financeiros nos indicadores prudenciais e de rentabilidade. Foi simulada a reclassificação da categoria disponível para venda para valor justo numa amostra de 38 bancos brasileiros. Nos resultados apresentados não se verificou alteração no Índice de Imobilização. Contudo, observou-se um aumento estatisticamente significativo na média do Índice de Basileia, enquanto as médias do Retorno sobre os Ativos (RSA) e do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) reduziram. Para a média do Índice de Basileia por Capital Nível I não foram identificadas variações relevantes.

Sterzeck (2011) avaliou o impacto da vigência da Lei 11.638/2007 e da Resolução CMN nº 3.786/2009 no nível de conservadorismo condicional nos resultados divulgados pelas instituições financeiras que tem ações negociadas na BM&BOVESPA, concluindo que não houve influência significativa.

Outro trabalho envolvendo a aplicação das normas internacionais em empresas do setor financeiro foi desenvolvido por Rodrigues, Santos e Lemes (2011), que analisaram o nível de comparabilidade entre o lucro líquido (LL) e o patrimônio líquido (PL) na adoção das IFRS. Concluíram que apesar do percentual das instituições que apresentaram LL e PL comparáveis estar em torno de 70%, as informações divulgadas podem ser influenciadas pela assimetria da informação, pois a comparabilidade não se mostrou satisfatória no período pesquisado.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa segue a abordagem empírico-analítica, por utilizar técnicas de coleta, tratamento e análise de dados essencialmente quantitativos, conforme preceitua Martins (1994). Classifica-se também como pesquisa descritiva que, segundo Gil (2010), visa identificar possíveis relações entre variáveis.

#### 3.1 Amostra

A proposta inicial foi selecionar os vinte maiores bancos, na data-base de dezembro/2011, segundo o critério total de ativos, conforme divulgação do BCB. Contudo, não foram encontradas, nas páginas das instituições selecionadas, na internet, as demonstrações em IFRS para os bancos Deutsche e Cooperativo Sicred, enquanto para os bancos Credit Suisse, e Volkswagen foram identificadas apenas as demonstrações em IFRS.

Para compensar a ausência dos dados dessas instituições, foram pesquisados os três bancos subsequentes no *ranking* dentre os quais foram selecionados somente dois: BNP Paribas e Société Generali. O Banco Panamericano não apresentou informações comparativas para as demonstrações dos resultados e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido relativas ao exercício de 2010, implicando em ressalva dos auditores independentes para as demonstrações. Tal situação compromete a confiabilidade das informações, o Banco Panamericano foi excluído da amostra.

Dado o exposto, a amostra da pesquisa é composta por dezoito bancos, que respondem

por 89% dos ativos totais do SFN: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, BNDES, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC, Votorantim, Safra, BTG Pactual, Citibank, Bannrisul, JP Morgan Chase, Banco do Nordeste do Brasil, BMG, BIC, BNP Paribas e Societé Generale.

### 3.2 Seleção dos Indicadores

Tendo por base a metodologia CAMELS, foram selecionados indicadores para cada bloco de análise exceto para o de capacidade gerencial, visto que não há indicadores quantitativos para esse item de avaliação. Os indicadores escolhidos refletem uma avaliação no contexto conceitual de cada bloco da metodologia CAMELS, conforme descrito a seguir:

a) *Capital adequacy* (adequação do capital): de forma geral, quanto maior for o uso de capital de terceiros maior a incerteza em relação aos resultados esperados de uma entidade (ASSAF NETO, 2006), não obstante o aspecto destacado por Miranda (2008) de que uma grande participação de recursos próprios não irá refletir necessariamente uma situação favorável. No caso de instituições financeiras, o nível de capital funciona também como um mecanismo de proteção dos depositantes, razão pela qual deve estar livre de inversões de natureza permanente. Sendo assim, os indicadores selecionados para análise no bloco adequação do capital foram a independência financeira e a imobilização do capital próprio.

$$IndFin = PL/AT \quad (3.1)$$

$$ICP = AP/PL \quad (3.2)$$

Onde: **IndFin** corresponde ao grau de independência financeira; **ICP** ao índice de imobilização do capital próprio; **PL** ao patrimônio líquido; **AT** aos ativos totais da instituição; e **AP** à soma dos ativos permanentes.

b) *Asset quality* (qualidade dos ativos): a carteira de crédito costuma ser o item mais relevante no ativo de um banco comercial (MIRANDA, 2008). Na metodologia CAMELS há também um destaque para operações de crédito na avaliação da qualidade de ativos de instituições financeiras. Por conseguinte, o indicador selecionado para análise da qualidade do ativo, proposto pela Federação Brasileira de Bancos (1990, *apud* Miranda, 2008), avalia o volume de crédito que está “coberto” por provisões. Já que a provisão está relacionada ao risco e/ou inadimplência do cliente na operação, é possível analisar a qualidade da carteira de crédito a partir da equação 3.3. Visto que nas demonstrações elaboradas de acordo com o Cosif o total de operações de crédito é apresentado separado das operações de arrendamento, esses valores foram somados, para manter uma correspondência com as informações divulgadas em IFRS.

$$QCred = ProvCred/CCred \quad (3.3)$$

Onde: **QCred** corresponde a qualidade das operações de crédito; **ProvCred** às provisões constituídas para as operações de crédito; e **CCred** ao somatório da carteira de operações de crédito das instituições.

c) *Earnings* (resultados): para a análise da rentabilidade foram selecionados os indicadores de rentabilidade do ativo e do capital, recomendados pelo IMF (2006), e a margem líquida, que permite avaliar quanto da função básica de um banco, intermediação financeira, resultou em lucro (ASSAF NETO, 2006).

$$RSPL = RL/PL \quad (3.4)$$

$$RSA = RL/AT \quad (3.5)$$

$$ML = RL/RIF \quad (3.6)$$

Onde: **RSPL** representa o retorno sobre o patrimônio líquido; **RSA** o retorno sobre os ativos totais ou retorno sobre os investimentos totais; **ML** a margem líquida; **RL** o resultado líquido da instituição, representado pelo lucro líquido (**LL**) ou lucro abrangente (**LA**); e **RIF** a receita da intermediação financeira.

Em relação à variável **RL**, os indicadores foram calculados com base em dois resultados:

o lucro líquido apresentado na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e o lucro abrangente que consta na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Tendo em vista que nas demonstrações no padrão BCB não consta a DRA, para se chegar ao lucro/prejuízo após os outros resultados abrangentes, somou-se ao lucro líquido a movimentação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial, extraída da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Assim, na análise dos resultados, cada um dos indicadores relativos às equações (3.4), (3.5) e (3.6) são apresentados de duas formas distintas, conforme a fonte da variável **RL**: **RSPL<sub>LL</sub>**, **RSPL<sub>LA</sub>**, **RSA<sub>LL</sub>**, **RSA<sub>LA</sub>**, **ML<sub>LL</sub>**, **ML<sub>LA</sub>**.

d) *Liquidity* (liquidez): o percentual de ativo aplicado em operações de crédito, de acordo com Miranda (2008), pode revelar maior ou menor preocupação com a administração da liquidez, já que o aumento das operações de crédito diminui a liquidez da instituição. Logo, optou-se por utilizar nesse bloco o indicador participação de empréstimos. Segundo Assaf Neto (2006), o encaixe voluntário identifica a capacidade de um banco cobrir saques contra depósitos à vista, na data do Balanço. O autor utiliza como denominador a informação de depósitos à vista, que na presente pesquisa foi substituída por depósitos totais, uma vez que nas demonstrações em IFRS nem todas as instituições trazem a informação de depósitos segregada por prazo. O numerador desse indicador corresponde às disponibilidades, nos Balanços segundo o Cosif, e ao caixa e equivalentes de caixa, nos Balanços em IFRS.

$$PEmp = OpCred / AT \quad (3.7)$$

$$Encx = Disp / DepTot \quad (3.8)$$

Onde: **PEmp** corresponde ao grau de participação dos empréstimos; **OpCred** ao somatório da carteira de operações de crédito das instituições líquida de provisões; **Encx** ao nível de encaixe voluntário da instituição; **Disp** à soma das disponibilidades, representadas pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa; **DepTot** aos depósitos totais da instituição.

e) *Sensitivity to market risk* (sensibilidade ao risco de mercado): a atividade bancária envolve diversos riscos de mercado, entre eles o risco de variação cambial. Dessa forma, o indicador escolhido para avaliação nesse bloco é o da posição líquida em moeda estrangeira, conforme indicação do FMI (IMF, 2006). Foram selecionados todos os itens do balanço referentes a transações no exterior como investimentos e empréstimos. As informações em IFRS foram extraídas das notas explicativas, uma vez que no Balanço não é feita essa segregação. Alguns itens referentes ao Balanço segundo o Cosif também foram detalhados em notas explicativas.

$$ME_{EL} = \frac{ME_{PA} - ME_{PP}}{PL} \quad (3.9)$$

Onde: **ME<sub>EL</sub>** corresponde à exposição líquida em moeda estrangeira; **ME<sub>PA</sub>** ao total das posições ativas em moeda estrangeira; e **ME<sub>PP</sub>** à soma das posições passivas em moeda estrangeira.

### 3.3 Testes Estatísticos

Para se concluir sobre o impacto dos dois modelos contábeis – Cosif e IFRS – em relação aos indicadores discutidos na seção anterior, são avaliadas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, máximo e mínimo) de cada indicador nos dois padrões contábeis analisados. Em seguida, são realizados testes de diferenças de média e de mediana, de acordo com Stevenson (2001), para confirmar se as diferenças entre os dois modelos são estatisticamente relevantes.

## 4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados dos testes para os indicadores de cada bloco

de análise da metodologia CAMELS. Seguindo os procedimentos metodológicos destacados na Seção 3, são apurados os indicadores econômico-financeiros selecionados, relativos aos aspectos de adequação do capital, qualidade dos ativos, rentabilidade, liquidez e sensibilidade ao risco de mercado, tendo por base os dados das demonstrações financeiras de 2010 e 2011 dos bancos integrantes da amostra, conforme Seção 3.1. Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas dos indicadores, nos modelos Cosif e IFRS, bem como os testes de diferença de médias e de medianas, considerando um nível de significância estatística de 95%.

**Tabela 1** Estatísticas descritivas e testes de diferenças de médias e de medianas dos indicadores econômico-financeiros dos bancos entre os modelos Cosif e IFRS, nos anos de 2010 e 2011.

Indicador	Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Teste de diferença		
							Média	Mediana	t crítico: 1,6840
<i>IndFin</i>	Cosif	0.094	0.081	0.040	0.210	0.038	-0.070	-0.960	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.095	0.089	0.039	0.194	0.034			
<i>ICP</i>	Cosif	0.257	0.247	0.176	0.712	0.025	1.901	2.171	Cosif > IFRS
	IFRS	0.179	0.157	0.175	0.746	0.003			
<i>QCred</i>	Cosif	0.054	0.055	0.031	0.148	0.000	2.397	2.764	Cosif > IFRS
	IFRS	0.038	0.036	0.025	0.096	0.000			
<i>RSPL<sub>LL</sub></i>	Cosif	0.159	0.178	0.074	0.272	-0.025	0.114	1.113	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.157	0.157	0.088	0.385	-0.072			
<i>RSPL<sub>LA</sub></i>	Cosif	0.158	0.179	0.078	0.279	-0.027	0.447	0.869	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.148	0.160	0.101	0.397	-0.083			
<i>RSAL<sub>LL</sub></i>	Cosif	0.012	0.012	0.011	0.034	-0.038	-0.652	-0.998	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.013	0.014	0.007	0.024	-0.006			
<i>RSAL<sub>LA</sub></i>	Cosif	0.011	0.011	0.012	0.034	-0.039	-0.591	-1.048	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.012	0.014	0.008	0.025	-0.009			
<i>ML<sub>LL</sub></i>	Cosif	0.286	0.300	0.127	0.480	-0.121	2.200	1.514	Cosif > IFRS
	IFRS	0.201	0.241	0.194	0.516	-0.339			
<i>ML<sub>LA</sub></i>	Cosif	0.283	0.292	0.131	0.493	-0.132	2.120	1.229	Cosif > IFRS
	IFRS	0.201	0.245	0.193	0.494	-0.331			
<i>PEmp</i>	Cosif	0.352	0.355	0.176	0.690	0.006	-1.198	-1.351	Não há diferença relevante.
	IFRS	0.407	0.417	0.210	0.859	0.033			
<i>Encx</i>	Cosif	0.029	0.023	0.023	0.104	0.000	-4.577	-2.913	IFRS > Cosif
	IFRS	0.211	0.139	0.237	0.945	0.000			
<i>ME<sub>EL</sub></i>	Cosif	-0.351	-0.436	0.544	1.020	-1.293	2.000	2.176	Cosif > IFRS
	IFRS	-0.592	-0.699	0.480	0.717	-1.612			

Onde: *IndFin* é o grau de independência financeira; *ICP* o índice de imobilização do capital próprio; *QCred* a qualidade das operações de crédito; *RSPL<sub>LL</sub>* o retorno sobre o patrimônio líquido, tendo por base o lucro líquido; *RSPL<sub>LA</sub>* o retorno sobre o patrimônio líquido, tendo por base o lucro abrangente; *RSAL<sub>LL</sub>* o retorno sobre os ativos totais, tendo por base o lucro líquido; *RSAL<sub>LA</sub>* o retorno sobre os ativos totais, tendo por base o lucro abrangente; *ML<sub>LL</sub>* a margem líquida, tendo por base o lucro líquido; *ML<sub>LA</sub>* a margem líquida, tendo por base o lucro abrangente; *PEmp* o grau de participação dos empréstimos nos ativos totais; *Encx* é o nível de encaixe voluntário da instituição; e *ME<sub>EL</sub>* a exposição líquida em moeda estrangeira.

#### 4.1 Adequação do Capital

Em relação ao indicador independência financeira (*IndFin*), as estatísticas descritivas demonstram que, a utilização dos padrões estabelecidos pelo IASB resulta em maior proporção do patrimônio líquido em relação aos ativos totais. Algumas normas que impactaram no aumento do PL segundo as IFRS ou na redução do ativo no modelo Cosif são citadas na análise dos demais indicadores. A realização do teste estatístico de diferença de médias e de medianas indica, porém, que essas diferenças não são estatisticamente relevantes.

No que se refere ao índice de imobilização do capital próprio (**ICP**), as estatísticas descritivas revelam que esse indicador é maior no modelo Cosif, em comparação ao modelo IFRS. O teste de diferença de médias e de medianas é relevante estatisticamente. A principal justificativa para essa diferença é verificada na assimetria entre as práticas de contabilização do Cosif e da IAS 17 em relação ao tratamento dado às operações de *leasing* financeiro. De acordo com as normas definidas pelo Banco Central, os bens objetos de arrendamento mercantil ficam registrados no Balanço do arrendador, enquanto seguindo a IAS 17 tais bens são registrados pelo arrendatário.

### 4.2 Qualidade dos Ativos

As estatísticas descritivas do indicador **QCred** mostram-se menores no modelo IFRS, ou seja, a provisão sobre a carteira de crédito é sempre maior no modelo Cosif. O teste de diferença de médias e de medianas revela que essas diferenças são estatisticamente relevantes. Essas evidências são justificadas pelo fato de que no padrão definido pelo BCB as provisões são reconhecidas segundo o parâmetro de perda esperada, enquanto pelo IASB segue-se a premissa de perda incorrida.

### 4.3 Rentabilidade

No modelo Cosif, o **RSPL** é sempre maior em relação ao modelo IFRS. O exame analítico dos saldos contábeis revela que a provisão sobre as operações de crédito foi o item mais expressivo a implicar em aumento do patrimônio líquido no modelo IFRS. Outro ajuste que refletiu em um patrimônio líquido maior nas demonstrações em IFRS está relacionado aos dividendos. Algumas instituições não classificaram os dividendos no passivo em virtude da aprovação pelos órgãos competentes ocorrer após a data base da demonstração. O teste de diferença de médias e de medianas não apontou diferença estatisticamente significativa entre os dois padrões contábeis no **RSPL**, quer se considere o **LL** ou o **LA** nos cálculos.

Em relação ao **RSA**, as estatísticas descritivas revelam que é maior no modelo IFRS. Destaca-se nessa observação a norma relacionada ao *goodwill*. De acordo com a regra do IASB, o *goodwill* é registrado como um ativo não amortizável, enquanto no modelo do BCB esse valor deve ser amortizado. Tal procedimento implica em diminuição do resultado e do ativo no modelo Cosif em relação ao padrão IFRS. Não obstante, essas diferenças não se mostraram relevantes.

No caso do indicador **ML**, as estatísticas descritivas no modelo Cosif são sempre maiores do que em IFRS – os testes revelam que a diferença das médias é estatisticamente relevante. A divergência existente entre o Cosif e a IAS 18, em relação à forma de reconhecimento da receita de juros, justifica essas evidências. De acordo com a norma internacional, a receita é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros, enquanto o Cosif permite que receitas como comissões na abertura de crédito, por exemplo, sejam reconhecidas imediatamente no resultado, se representarem até 3% da operação, ao invés do reconhecimento ser diluído no prazo da operação.

### 4.4 Liquidez

As estatísticas descritivas revelam que o indicador participação dos empréstimos (**Pemp**) é menor no modelo Cosif em relação ao padrão IFRS. Isso quer dizer que a utilização do modelo do IASB implicou em uma maior participação das operações de crédito sobre o ativo da instituição. A justificativa para essa situação fundamenta-se, principalmente, nas provisões para as operações de crédito, que no modelo IFRS foram inferiores àquelas constituídas segundo os parâmetros do Cosif, conforme verificado na seção 4.2. Os testes de diferenças de médias e de medianas indicam que as diferenças apresentadas não são estatisticamente relevantes.

O maior impacto gerado nos resultados do indicador encaixe (*Encx*) foi em virtude do conceito de equivalente de caixa. No padrão IFRS, algumas instituições enquadraram operações compromissadas e aplicações interfinanceiras de liquidez como equivalentes de caixa, enquanto no modelo Cosif esses itens não são apresentados como disponibilidade. Para que uma aplicação seja qualificada como equivalente de caixa, de acordo com a IAS 7, o valor deve ser prontamente conversível em caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Além disso, o vencimento deve ser menor ou igual a três meses a partir da data de aquisição. Tanto a média quanto a mediana são estatisticamente menores no modelo Cosif.

### 4.5 Sensibilidade ao Risco de Mercado

As estatísticas descritivas demonstram que no modelo Cosif o indicador  $ME_{EL}$  é sempre menor do que no padrão IFRS. Os testes de diferenças de médias e de mediana indicam que essa diferença é estatisticamente relevante. Há que se ressaltar que a análise sobre as justificativas para esse resultado ficou comprometida pelo menor nível de *disclosure* nas demonstrações no padrão BCB quanto aos itens em moeda estrangeira. Como a construção do indicador depende de esclarecimentos das notas explicativas, não foi possível concluir se a divergência está relacionada às taxas de câmbio utilizadas para conversão de operações ou se pode ser simplesmente atribuída à assimetria no grau de divulgação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo apurar o impacto nos indicadores dos bancos no Brasil, em virtude do uso de diferentes padrões de contabilização, sendo um definido pelo IASB e outro estabelecido pelo BCB, órgão regulador das instituições financeiras. Para os testes empíricos foram examinadas as demonstrações financeiras de 2010 e 2011 de dezoito instituições, que respondem por 89% dos ativos do SFN. A partir da análise das estatísticas descritivas e de testes de diferença de médias e de mediana foi avaliado se há diferenças significativas entre indicadores da metodologia CAMELS e de que maneira dois padrões contábeis podem afetar os resultados desses indicadores, em função do uso de diferentes critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação.

Quanto ao bloco adequação de capital, os testes revelaram que a aplicação das normas do IASB e do BCB que impactam em divergências entre o patrimônio líquido e o total de ativos, segundo os dois modelos contábeis, não gerou diferença significativa relacionada à estrutura de capital das instituições financeiras. Contudo, ao avaliar o índice de imobilização do capital próprio, o impacto da IAS 17 sobre o ativo permanente implicou em um índice estatisticamente maior nas demonstrações segundo o Cosif.

Os testes aplicados sobre o indicador do bloco qualidade do ativo revelaram diferenças significativas entre os padrões Cosif e IFRS na avaliação da qualidade da carteira de crédito. As provisões constituídas segundo o Cosif são delineadas pelo conservadorismo do órgão regulador que resultaram em um maior volume de provisão. Em virtude da assimetria entre os dois modelos, as mesmas operações apresentaram um indicador melhor nas demonstrações em IFRS em relação às demonstrações segundo o Cosif. Ainda nesse contexto, vale refletir sobre as considerações de Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) de que o valor justo pode contribuir para exacerbar os efeitos de uma crise. É possível que, em situação de crise, indicadores envolvendo a variável lucro sejam mais favoráveis no modelo BCB.

Nos indicadores do bloco rentabilidade só foram identificadas diferenças significativas na margem líquida, que é sempre maior nas demonstrações preparadas para o BCB. Embora não

sejam relevantes, as diferenças no retorno sobre o patrimônio líquido e no retorno sobre os ativos, evidenciadas nas estatísticas descritivas, revelam o impacto da assimetria entre as normas, fazendo com que o mesmo indicador seja maior ou menor em determinado padrão contábil.

Dois indicadores foram selecionados para análise do bloco liquidez. Não se verificou diferença relevante nos testes para o indicador participação dos empréstimos, não obstante as diferenças no reconhecimento das provisões para perdas, enquanto o indicador encaixe voluntário mostrou-se estatisticamente maior no modelo IFRS. A justificativa para a divergência observada parte do conceito sobre o que vem a ser equivalente de caixa, segundo a IAS 7.

Em referência ao bloco sensibilidade ao risco de mercado não se concluiu sobre as causas das diferenças apuradas nos resultados da análise estatística. É possível que a divergência esteja relacionada às taxas de câmbio utilizadas para conversão de operações e/ou à assimetria no grau de divulgação.

De forma geral, os testes empíricos evidenciam o efeito do uso de modelos contábeis distintos nos indicadores selecionados. Em todos os blocos analisados foi possível observar diferenças estatisticamente significativas entre as médias e/ou medianas dos indicadores. Os resultados demonstram, portanto, como a divulgação de uma mesma realidade objetiva pode ser significativamente influenciada, em razão da utilização de modelos contábeis com preceitos de reconhecimento e mensuração diferenciados. A assimetria nos requisitos de evidenciação também pode influenciar a análise comparativa entre os padrões, conforme observado no bloco de sensibilidade ao risco de mercado.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se que as variáveis utilizadas nos indicadores selecionados não necessariamente capturam o impacto gerado pela assimetria de todas as normas dos dois modelos contábeis considerados. Além disso, a ausência, no padrão Cosif, de dados relativos aos itens em moeda estrangeira não permitiram concluir quanto ao impacto gerado pela possível divergência entre as taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações.

Outro ponto a se considerar é que os testes empíricos envolveram dezoito instituições financeiras, o que pode ser considerado limitado em relação ao conjunto do sistema. Cabe ressaltar, porém, que essa limitação é justificada, de certa forma, pelo fato de que a divulgação de demonstrações financeiras em IFRS tem sua obrigatoriedade limitada às instituições constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor.

Como sugestões de estudos futuros, recomenda-se a análise do impacto das normas do IASB sobre o índice *market-to-book* para as empresas listadas no setor financeiro e outros da BM&FBovespa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diana L. de. **Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros**. 2010. 210 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANJOS, Sérgio O. Abertura. *In*: Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, 13, 2010. São Paulo, **Anais...** Disponível em [www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010\\_8\\_121/Sergio%20Odilon.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010_8_121/Sergio%20Odilon.pdf). Acesso em 13 ago, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Circular nº 3.068, de 08.11.2001**. Estabelece critérios para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários. Disponível em <[www.bcb.gov.br/](http://www.bcb.gov.br/)>. Acesso em 15 jul, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28.12.2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2007#content>>. Acesso em 10 jul, 2012.

CAPELLETTO, Lúcio R.. **Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas**. 2006. 267 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução nº 457, de 13.7.2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em <[www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)>. Acesso em 15 jul, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.055 de 21.01.2011**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em <[www.cfc.org.br/](http://www.cfc.org.br/)>. Acesso em 14 jul, 2012.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº 3.786, de 24.09.2009**. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em: <[www.bcb.gov.br/](http://www.bcb.gov.br/)>. Acesso em: 11 Ago, 2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3.566, de 29.05.2008**. Dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/](http://www.bcb.gov.br/)>. Acesso em: 11 Ago, 2012.

DANTAS José A. et al.. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**. FEA-RP/USP, v. 4, n. 9, p. 27-29, mai-ago 2010.

FALCÃO, Eduardo. Divulgação em Demonstrações Financeiras de Companhias Abertas. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, nº12, São Paulo, Setembro/1995.

FERNANDES, Francisco C.; KLANN, Roberto C.; FIGUEREDO, Marcelo S.. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 99-126, jul-set 2011.

GASPARETTO, Valdirene. O papel da contabilidade no provimento de informações para avaliação do desempenho empresarial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 2, p. 11-40, jul-dez 2004.

GEBHARDT, Günther; NOVOTNY-FARKAS, Zoltan. Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks. **SSRN**, 2010. Disponível em <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1732166](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1732166)>. Acesso em 13 ago, 2012.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Financial Soundness Indicators Compilation Guide**. Chapter 6. Washington DC: IMF, 2006.

IUDÍCIBUS Sérgio de; MARTINS Eliseu; CARVALHO Nelson L.. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças, USP**, São Paulo, n. 38, p. 7 – 19, mai-ago. 2005.

LUCENA, Wenner G. L. et al. Estudo do nível de evidenciação do impairment pelos bancos brasileiros: uma aplicação da análise do conteúdo com base nas notas explicativas. **RC&C – Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba v. 1 n. 1, p. 45-60, jan-abr. 2009.

MARTINS, Gilberto de A.. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed, São Paulo: Atlas, 1994.

MIRANDA, Vanessa L. **Impacto da adoção das IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia**. 2008. 114 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOURAD, Nabil A.; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS Normas internacionais de contabilidade para bancos**. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Núbia A.; SANTOS, Luciana de A. A.; LEMES, Sirlei. Comparabilidade do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido em Br Gaap e IFRS nas Empresas do Setor Financeiro Listadas na Bm&fbovespa. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8, 2011, Resende. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB. Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/42914445.pdf>>. Acesso em 08 ago, 2012.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Work Plan for the Consideration of Incorporating International Financial Reporting Standards into the Financial Reporting System for U.S. Issuers Final Staff Report**. 2012. Disponível em <<http://www.sec.gov/spotlight/globalaccountingstandards/ifrs-work-plan-final-report.pdf>>. Acesso em 10 ago, 2012.

SILBER, Simão D.. A economia mundial após a crise de 2007 e 2008. **Revista USP**, São Paulo, n. 85, p. 82-93, março-maio 2010.

STERZECK, Gisele. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 97 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

STUBBS, Edgardo A.. Indicadores de desempenho: naturaleza, utilidad y construcción. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 149-154, jan-abril 2004.

UEMA, Renato k. **IFRS no SFN – Expectativas do Regulador e Próximos Passos**. São Paulo: Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor, 2010. 30 slides. Disponível em <[www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010\\_8\\_121/Primeira%20Demonstracao%20em%20IFRS%20BCB.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010_8_121/Primeira%20Demonstracao%20em%20IFRS%20BCB.pdf)>. Acesso em 13 ago, 2012.